

Decisão do Citi *Dívida Ext* afeta o Brasil e outros bancos

GAZETA MERCANTIL

20 MAI 1987

por Paulo Sotero
de Washington

Numa iniciativa audaciosa e com importantes implicações potenciais para a saúde do sistema financeiro dos Estados Unidos e suas relações com os países endividados do Terceiro Mundo, o Citicorp anunciou ontem que, durante o segundo trimestre de 1987, aumentará suas reservas em US\$ 3 bilhões para precaver-se contra perdas na sua carteira de empréstimos internacionais.

Com o reforço, as reservas do banco saltarão para perto de US\$ 5 bilhões, 3,7% de seus empréstimos gerais e 25% da carteira de empréstimos internacionais. Significativamente, em números absolutos, as reservas passam a ser maiores do que o risco do banco em qualquer país individual (o Citicorp tem US\$ 4,4 bilhões no Brasil, seu maior devedor).

Com base nas estimativas atuais de lucros, a decisão custará uma perda de US\$ 2,5 bilhões no trimestre e de US\$ 1 bilhão no ano,

já computados os benefícios fiscais, bem como as vendas de ativos a serem completadas ainda em 1987.

Mas ela elevará o capital do banco — composto pelas ações ordinárias, bônus emitidos e as reservas — para US\$ 14,5 bilhões, um crescimento de cerca de US\$ 500 milhões em relação à posição de 31 de março último, segundo um comunicado divulgado na tarde de ontem após uma reunião do conselho de administração ("board") do Citicorp, em Nova York. A nova posição de capital representa 7,1% dos ativos, bem acima do valor exigido pelas normas bancárias americanas", informou o comunicado.

A decisão, segundo várias fontes financeiras ouvidas por este jornal, deve produzir dois efeitos imediatos. Na área da dívida, deve reforçar o cacife do Citicorp e de outros grandes bancos que eventualmente seguirem seu exemplo em negociações futuras com países endividados, estimulando, ao mesmo tempo, operações de con-

versão de dívida ou venda de empréstimos, com um deságio, na medida em que o banco já alocou reservas para cobrir as perdas que terá de contabilizar nessas operações.

O gesto do Citibank poderá, contudo, ter um efeito adverso para muitos de seus concorrentes, expondo a vulnerabilidade da posição de alguns bancos que têm uma proporção de empréstimos para o Terceiro Mundo exagerada em relação a seu capital ou têm portfólios problemáticos em outras áreas.

"Instituições como o Bank of America, o Manufacturers Hanover Trust, o Chemical Bank, o Mellon Bank e alguns outros não têm condições de acompanhar o exemplo do Citi, pois senão quebram. Mas se esses bancos deixarem de seguir o exemplo e não passarem a aumentar suas reservas rápida e substancialmente, podem vir a ter um problema de confiança", disse um banqueiro regional, alarmado com as possíveis implicações da ação do Citi para a comunidade de bancos.

Provavelmente tendo os mesmos temores em mente, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Board, instruiu um porta-voz a declarar que "o banco central americano não considera que a decisão do Citicorp estabeleça um precedente para os outros bancos comerciais dos EUA".

A iniciativa do Citi surpreendeu também o Departamento do Tesouro, cujo titular, o secretário James Baker III, foi o primeiro a ouvir o anúncio da boca do próprio Reed. Embora o Tesouro tenha feito declarações públicas elogiosas à decisão, que foi apresentada como uma profissão de confiança no chamado Plano Baker, sabe-se que altos funcionários ficaram assustados e confusos.

"O que o Citi está dizendo é que esses empréstimos para a América Latina

(Continua na página 19)

A decisão do Citibank não afeta as relações do Brasil com o banco, disse ontem o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, assinalando que é do interesse do País que o sistema financeiro internacional se mantenha sólido.

Decisão do Citi afeta o...

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

não valem o que está escrito nos livros. E isso é diferente do que a administração Reagan, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial afirmam", arriscou um banqueiro. Refletindo a frustração dos bancos com a falta de iniciativa de Washington na questão da dívida, um outro executivo de banco, que aplaudiu a decisão do Citicorp, afirmou: "Os governos não têm feito sua parte. Agora, se o Brasil e outros países quiserem dinheiro novo, que peçam para eles e não para os bancos".

Com essa rara exceção, vários banqueiros ouvidos por este jornal, no final da tarde de ontem, pareciam surpresos e atordoados com o gesto do Citi. Foi entre eles, por exemplo, que surgiram especulações segundo as quais o substancial aumento de reservas feito pelo Citicorp teria sido calculado tendo em vista um projeto de queima dos ativos brasileiros do banco.

"Se for este o caso, creio que o governo brasileiro não vai ficar contente, pois o que o Citi está fazendo é declarar publicamente que seus empréstimos ao Brasil não valem o que está registrado nos livros e está preparado para assumir perdas", afirmou um executivo de um banco concorrente.

Um representante da hierarquia de um importante banco regional, ainda trabalhando com informações parciais, temia, no final da tarde, que o governo brasileiro interpretasse a decisão exatamente dessa maneira e reagisse de forma drástica.

Consciente dos riscos políticos embutidos no gesto, o Citicorp coreografou cuidadosamente o anúncio do aumento das reservas. Assim, enquanto o presidente do conselho de administração, John Reed, concedia uma entrevista coletiva em Nova York, os representantes do Citicorp em várias capitais reuniram-se com os ministros das Finanças dos países endividados, na maioria dos quais a instituição tem importantes subsidiárias, para explicar a decisão.

Em Brasília, o presidente do Citicorp brasileiro, Mike Kelland, encontrou-se com o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet. Kelland levou, também, uma carta explicativa de John Reed endereçada ao presidente José Sarney.

"Esta não é uma decisão calculada tendo em mente o Brasil ou qualquer país específico. O que aumentamos foram as reservas gerais. Comparativamente, eu diria que nosso portfólio brasileiro está entre os melhores", afirmou um executivo do banco a este jornal. A decisão, disse, foi tomada para que os livros do banco passem a representar a situação criada entre a quebra do México e a suspensão de pagamentos pelo Brasil. "E não há dúvida de que se trata de uma situação difícil", afirmou a fonte.

"O aumento das reservas está diretamente relacionado ao assunto da dívida externa e ao nosso compromisso de atuar construtivamente e continuamente na busca de soluções para o problema", afirmou John Reed. "Além dos riscos normais, este aumento está também vinculado à nossa decisão de reestruturar o perfil da carteira atual através da conversão da dívida em capital de risco, venda de ativos e outras medidas, permitindo-nos

uma ampla flexibilidade no gerenciamento de nossa carteira de empréstimos internacionais e respondendo assim a iniciativas tomadas pelos vários países na busca de soluções para as dificuldades do endividamento externo."

"Eles foram corajosos e fizeram o que tem que ser feito", reagiu um executivo sênior de um dos principais rivais do Citicorp em Nova York. "Todo mundo sabe que os bancos não receberão 100 centavos por dólar de seus empréstimos ao Terceiro Mundo. Eles assumiram essa realidade e, com isso, reforçaram tremendamente sua posição frente aos países devedores. Eu aposto que, amanhã, as ações do Citicorp vão subir", previu o banqueiro.

As primeiras reações do mercado foram negativas, segundo a AP/Dow Jones. Os rumores que anteciparam a decisão do Citicorp derrubaram ontem as ações dessa empresa, no fim do pregão da Bolsa de Nova York, em 1,625, fechando em 50,625. A última oferta para compra foi feita a 44 dólares por ação.

Em suporte a esta tese, a agência de classificação de papéis Standard & Poors sinalizou ao mercado, ontem, minutos após o anúncio do substancial fortalecimento da posição de capital do Citicorp, sua decisão de suspender uma degradação de alguns papéis do

maior banco norte-americano.

MENOS PRESSÃO DOS DEVEDORES

O fato de o Citicorp ter escolhido o nonagésimo dia da decisão do governo brasileiro de suspender os pagamentos da dívida externa de médio e longo prazo aos bancos talvez não seja uma simples coincidência. Se o Citi e os demais bancos americanos já não tivessem colocado seus ativos brasileiros em regime de caixa, hoje seria o dia em que teriam de fazê-lo. Assim, ao anunciar ontem uma medida que revitaliza sua posição perante os países devedores, o principal credor individual da dívida do Terceiro Mundo pode ter buscado executar um ato simbólico endereçado especialmente ao Brasil, o país que tentou virar a mesa.

Como era de esperar, essa hipótese é obviamente descontada pelo banco. Ainda assim, deve-se lembrar que a decisão anunciada ontem por John Reed coloca o Citicorp em condições de enfrentar a questão da dívida nos trilhos que o jovem "chairman" da instituição mostrara numa famosa entrevista que concedeu ao Wall Street Journal no início do ano. Na entrevista, Reed pregava a necessidade de os bancos resistirem a pressões dos países devedores por taxas de risco concessionais, como as que foram dadas ao México, no final do ano passado, pois somente assim eles conseguiriam proteger suas receitas e manter-se capitalizados, uma precondição indispensável, segundo ele, para a volta dos países devedores ao mercado voluntário. A entrevista fez disparar os sensores políticos nos países credores e devedores, onde ela foi interpretada como uma prova da falta de sensibilidade política e da ganância dos banqueiros. No Brasil, Dilson Funaro denunciou duramente as declarações de Reed. E estas acabaram ajudando o então ministro da Fazenda a pavimentar o caminho que levou à suspensão de pagamentos.

A decretação da moratória brasileira surpreendeu os bancos em meio a difíceis negociações com vários países credores — e com o Citicorp na liderança da resistência a concessões — e teve um efeito fulminante. Temendo que o exemplo fosse imitado, os bancos agiram rápido para isolar o Brasil, mas tiveram, para fazê-lo, de pagar um preço. O preço foi especialmente alto para o Citicorp, que teve de ceder às exigências do Chile e das Filipinas, contra as quais se batera, e, depois, às da Argentina, que obteve condições de negociação semelhantes às do México.